



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 24/2024
PROCESSO N° 47/2024
DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 16/09/2024
HORÁRIO: 08:00HORAS
SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ÀS MICROEMPRESAS – ME, EMPRESA DE PEQUENO PORTE– EPP OU EQUIPARADAS.

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manhuaçu expede o presente edital extraído dos autos do Pregão Eletrônico **nº24/24**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

As propostas Comerciais deverão obedecer às especificações contidas no Edital e Termo de Referência, que dele fazem parte integrante e será conduzida pela **Pregoeira** Elizete Luiz Bonifácio, **designada pela Portaria nº 18/24**, com o auxílio da Equipe de Apoio, integrada pelas servidoras, Carla Angélica Brandão dos Santos e Lorena Ellen Silva Coelho.

I- DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços Contratação de empresa para prestação de serviços especializados e continuados de rebobinamento, substituição de rolamento e selo mecânico em motores, bombas e conjunto motobombas, para manutenção dos mesmos, melhor especificado no **ANEXO I**.

II-DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados através do site <https://licitanet.com.br/>.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluídos a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema da licitanet e mantê-lo atualizado.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6. É VEDADA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA:

I - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

V - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VII - Pessoas Jurídicas reunidas em consórcio.

2.6.1. O impedimento de que trata o inciso III será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.6.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.6.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

1NE - Justificativa para Vedação de Consórcio: Considerando que é ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em "consórcio"



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

III - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema:

3.3.1. A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;

3.3.2. O enquadramento na condição de **microempresa e empresa de pequeno porte**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;

3.3.3. Pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação

3.3.4. Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.3.5. O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social

3.3.6. O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

3.3.7. A responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema

3.3.8. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3.9. Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

3.3.10. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.3.11. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.12. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

3.3.13. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

3.3.14. Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. A falsidade das declarações que trata os itens 3.3 e 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.9. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

IV- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor Unitário e Valor Total do serviço;

4.1.2. Descrição de todos os itens(serviço) que compõem o lote, contendo as informações na especificação do Termo de Referência.

4.2. Todas as especificações do serviço contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos, quando participarem de licitações públicas.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição ; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

V- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. Após a divulgação do Edital de licitação, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com preço, até na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta comercial, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.1.1. Quando a marca/modelo do produto/serviço identificar o licitante, poderá o mesmo usar a indicação "**MARCA PRÓPRIA**", visto que é vedada a identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor proposto para cada lote.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobria a melhor oferta.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.13. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida no subitem anterior, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.15. A pregoeira poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.16. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, a pregoeira poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

5.17. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.19. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar -se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.22.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

5.22.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.22.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.23. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.24. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.24.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.24.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.24.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.24.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.25. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.25.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.25.2. Empresas brasileiras;

5.25.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.25.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.26.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.26.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.26.3. O resultado da negociação está disponível a todos os licitantes.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

5.26.4. A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo mínimo de 2 (duas) horas**, contado da solicitação da pregoeira no sistema, para o envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos complementares, sob pena de desclassificação, **quando necessários à confirmação** daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.26.4.1. Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo acima, o licitante deverá solicitar mediante justificativa, dentro do prazo estipulado, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

5.26.5. A Proposta atualizada deverá conter também alguns dados da empresa: **RAZAO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO COM CEP, TELEFONE E EMAIL PARA CONTATO, RESPONSÁVEL LEGAL E CPF.**

5.27. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.28. O não envio da Proposta atualizada no prazo estabelecido poderá ensejar na não aceitação da Proposta pela Pregoeira e a convocação do próximo colocado para negociação.

VI- DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>) e ;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade este edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

- 6.7.2.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:
- 6.8.1.1.** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2.** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.10.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.11.2.** Considera -se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.12.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA HABILITAÇÃO

- 7.1.** Os documentos serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.1.1.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 7.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 7.2.1.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou autenticado por qualquer outro meio legitimamente válido.

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.5. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.6. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.6.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.7.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.7.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.8. Na análise dos documentos de habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.11. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.12. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.13. Encerrada a fase de julgamento o pregoeiro convocará a licitante para, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogáveis por igual período, apresentar a documentação de habilitação, conforme itens seguintes deste edital para fins de habilitação:

7.13.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

7.13.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.13.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.13.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.13.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.13.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

7.13.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

7.13.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.13.9. Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.13.10. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.13.11. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da Lei;

7.13.12. Certidão de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da Lei, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

7.13.13. Certidão de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais;

7.13.14. Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); fornecido pela Caixa Econômica Federal;

7.13.15. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440/2011;

7.13.16. Certidão negativa de falência **OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL (CONCORDATA)**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. A empresa que esteja em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 14.133/21.

7.13.17. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.13.18. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.13.19. A validade das certidões será de 180 dias após a sua emissão, salvo se outra data vier declarada na mesma.

7.13.20. DECLARAÇÕES (ESSAS DECLARAÇÕES SÃO GERADAS PELO SISTEMA LICITANETE SE TRATA DE DECLARAÇÃO CONJUNTA)



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

- I** - A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- II** - O enquadramento na condição de **microempresa e empresa de pequeno porte**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
- III** - O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação;
- IV** - Será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- V** - O cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social
- VI** - O cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- VII** - A responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema
- VIII** - Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- IX** - Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
- X** - Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- XI** - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- XII** - Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e
- XIII** -Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
- XIV** - Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

VIII- DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

8.1.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, ficando os demais licitantes intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões no mesmo prazo.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

8.11. A decisão acerca de recurso interposto será publicação no Diário Online da Prefeitura Municipal de Manhuaçu www.manhuacu.mg.gov.br/diario_oficial (Órgão de Imprensa Oficial do Município de Manhuaçu, instituído pela Lei Municipal nº 3.415/2014 e alterada pela lei 3.571/2016, e/ou no jornal de grande circulação "O Tempo", no Site Oficial do Saae www.saaemanhuacu.com.br/licitacoes e no site da plataforma de compras do LICITANET, endereço www.licitanet.com.br

IX- DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

II- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do Processo de Contratação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Processo de Contratação Direta ou a execução do contrato;

IX - Fraudar o Processo de Contratação Direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do Processo de Contratação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I- Advertência;

II- Multa

- ✓ compensatória e
- ✓ de mora.

III- Impedimento de licitar e contratar e

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

9.5. Para efeito deste termo, equipara-se ao contrato qualquer outro acordo firmado entre a administração pública municipal e outra pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ainda que com outra denominação, inclusive nota de empenho ou instrumento equivalente, e que estabeleça obrigações de dar, fazer ou entregar, entre outras admitidas em direito, excetuadas as contratações temporárias.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

9.6. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- I** – Descumprimento de pequena relevância;
- II** – Inexecução parcial de obrigação contratual.

9.6.1. Para os fins deste contrato, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

9.7. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executado, em caso de inexecução parcial do contrato, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III - 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

9.7.1. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o subitem acima, para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação;

9.7.2. Considera-se inexecução total do contrato:

- I** - Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e
- II** - Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

9.7.2.1. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

I - Será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

II - A justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeira, enquanto a justificativa apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão do ordenador de despesas;

III - Rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

IV - Preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III poderá ser concedido prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

9.7.3. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada, será cobrada das seguintes forma e ordem:

- I** - Retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;
- II** - Pago por meio de documento de arrecadação municipal; ou
- III** - judicialmente

9.8. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

II - Dar causa à inexecução total do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado. Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

9.9. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

9.9.1. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no subitem 9.9, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

9.10. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

9.11. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

9.11.1. Não se aplica a regra prevista no subitem 9.11 se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

9.11.2. O disposto no subitem 9.11 não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

9.12. Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:

- I** - A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II** - As peculiaridades do caso concreto;
- III** - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** - Os danos que dela provierem para a Administração, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;
- V** - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

9.12.1. São circunstâncias agravantes:

- I** - A prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
- II** - O conluio entre fornecedores para a prática da infração;
- III** - A apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;
- IV** - A reincidência.
- V** - A prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto neste edital.

9.12.1.1. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete qualquer nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

9.12.1.2. Para efeito de reincidência:

- I** - Considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;
- II** - Não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;
- III** - não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

9.12.2. São circunstâncias atenuantes:

- I** - A primariedade;
- II** - Procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
- III** - Reparar o dano antes do julgamento;
- IV** - Confessar a autoria da infração.

9.12.2.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

9.13. As penalidades mencionadas nos subitens acima serão aplicadas após regular procedimento administrativo, podendo ser cumuladas na forma da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à administração pública.

9.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.18. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

X- IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial do Saae e na plataforma Licitanet no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados no sistema da plataforma da licitanet, endereço www.licitanet.com.br

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de contratação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

XI- DA RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

11.1. Os órgãos da administração direta e indireta do Município, bem como suas autarquias e fundações, ao efetuarem pagamento a pessoa física ou jurídica pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia, ficam obrigados a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações.

11.2. A obrigação de retenção do IR alcançará os contratos vigentes e as relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos e pelas entidades, ressalvadas as exceções previstas na legislação.

11.3. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir notas fiscais, faturas ou recibos em consonância às disposições contidas na IN RFB n. 1.234/2012.

XII- DA CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

12.1. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 5 (cinco) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

12.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

12.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril 2021, e em outras legislações aplicáveis.

12.4. Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá:

I - Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

II - Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.6. A regra do subitem acima não se aplicará aos licitantes remanescentes.

XIII. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

13.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir -se -á o dia do início e incluir -se - á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

13.9.O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos sites: www.licitanet.com.br, www.saaemanhuacu.com.br/licitacoes ou poderá ser solicitado pelo E-mail cplsaae@hotmail.com

13.10. Ficam os licitantes/contratados obrigados a manterem os endereços físicos e eletrônico (e-mail) atualizados e, ainda, ficam obrigados a informar à Administração, no prazo máximo de 2 (dois) dias, em caso de quaisquer alterações.

13.11. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira (ICP-Brasil).

13.12. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sede do Saae, situado na Avenida Doutor Jorge Hannas, s/nº, Bairro: Bom Jardim, Manhuaçu/MG, CEP: 36.906-360, nos dias úteis, no horário das 08:00 as 11:00 e de 13 horas às 16:00 horas.

13.13. **Divulgação de informações e publicações:** E-mail: cplsaae@hotmail.com e/ou Diário Online da Prefeitura Municipal de Manhuaçu www.manhuacu.mg.gov.br,/diario oficial (Órgão de Imprensa Oficial do Município de Manhuaçu, instituído pela Lei Municipal nº 3.415/2014 e alterada pela lei 3.571/2016, e/ou no jornal de grande circulação “O Tempo”, no Site Oficial do Saae www.saaemanhuacu.com.br/licitacoes e no site da plataforma de compras do LICITANET, endereço www.licitanet.com.br.

XIV- INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS

- ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;**
- ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;**
- ANEXO III –ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;**
- ANEXO IV –CONTRATO;**

Manhuaçu, MG ,27 de agosto de 2024

Márcio José Bahia
Diretor do SAAE

Elizete Luiz Bonifácio
Agente de Contratação



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N°24/24

1- DO OBJETO

1.1. Constitui-se objeto do presente Termo, serviços especializados e continuados de rebobinamento, substituição de rolamento e selo mecânico em motores, bombas e conjunto motobombas, para manutenção dos mesmos, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.

1.2. A contratação deste serviço, em regime continuado, é justificada por sua essencialidade em manter os equipamentos em perfeitas condições e evitar a interrupção do fornecimento de água para a população.

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, podendo ser facilmente encontrados no mercado para as especificações listadas na planilha abaixo, não sendo superiores as necessidades para cumprir as finalidades as quais se destinam. Desta forma não há impedimento para a contratação na modalidade pregão.

1.4. O prazo do contrato será de 12 (doze) contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período de acordo com Lei nº 14.133/21.

1.5. As quantidades estimadas na tabela abaixo são para o período de 1 (ano), ou seja, período de vigência do contrato a ser firmado.

Item	Unid.	Cód.	Quant.	Descrição	Valor Unit estimado por item R\$	Valor total estimado por item R\$
00001	SERV	000113 51	20	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 5 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	794,65	15.893,20
00002	SERV	000113 52	10	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	633,15	6.331,60
00003	SERV	000113 53	10	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 10CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	966,42	9.664,20
00004	SERV	000113 54	15	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 12,5 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	1.257,31	18.859,65
00005	SERV	000113 55	15	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 15 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	1.135,42	17.031,30
00006	SERV	000113 56	10	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 20 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	2.482,47	24.824,70
00007	SERV	000113 57	10	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 30 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	3.426,32	34.263,20
00008	SERV	000113 58	10	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 3 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	707,21	7.072,10



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

00009	SERV	000113 59	10	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 50 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	5.871,67	58.716,70
00010	SERV	000113 60	10	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 60 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	7.186,67	71.866,70
00011	SERV	000113 61	15	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 7,5 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	923,75	13.856,25
00012	SERV	000113 62	10	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 25 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	3.008,10	30.081,00
00013	SERV	000113 63	10	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 4 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	798,54	7.985,40
00014	SERV	000113 64	7	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 4 PÓLOS, 3600 RPM, 1,5 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	597,87	4.185,09
00015	SERV	000113 65	5	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 2 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	628,90	3.144,55
00016	SERV	000113 66	9	SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 75 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	8.762,67	78.864,03
00017	SERV	000113 76	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 2 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	211,67	2.116,70
00018	SERV	000113 77	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 30 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	457,50	4.575,00
00019	SERV	000113 78	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 4 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	243,67	2.436,70
00020	SERV	000113 79	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR MONOFÁSICO, 4 PÓLOS, 1800 RPM, 0,75 CV, 127V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	136,67	1.366,70
00021	SERV	000113 80	20	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 60CV, 220V,INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENT	1.089,00	21.780,00
00022	SERV	000113 81	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1,4 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	196,17	1.961,70
00023	SERV	000113 82	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 20 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	826,33	12.394,95
00024	SERV	000113 83	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	239,89	3.598,35



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

00025	SERV	000113 84	5	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 0,5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	196,17	980,85
00026	SERV	000113 85	5	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 0,75 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	154,63	773,15
00027	SERV	000113 86	5	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	127,13	635,65
00028	SERV	000113 87	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1,5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	158,38	1.583,80
00029	SERV	000113 88	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 10 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	352,12	5.281,80
00030	SERV	000113 89	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 12,5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	400,67	6.010,05
00031	SERV	000113 90	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 15 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	342,64	5.139,60
00032	SERV	000113 91	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 7,5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	304,61	4.569,15
00033	SERV	000113 92	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 3 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	144,25	1.442,50
00034	SERV	000113 93	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2,4 OU 6 PÓLOS, 3600 RPM, 25 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	537,54	5.375,40
00035	SERV	000113 94	5	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 4 PÓLOS, 1800 RPM, 1CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO	157,13	785,65
00036	SERV	000113 95	5	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 4 PÓLOS, 1800 RPM, 2 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO	127,33	636,65
00037	SERV	000113 96	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 4 PÓLOS, 1800 RPM, 75 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	1.685,33	25.279,95
00038	SERV	000113 97	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 50 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO	1.215,00	18.225,00
00039	SERV	000113 67	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM BOMBA , 4 PÓLOS, 1800 RPM, 75 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DE GAXETA.	2.352,00	23.520,00
00040	SERV	000113 69	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM BOMBA , 4 PÓLOS, 1800 RPM, 60 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DE GAXETA.	1.035,33	15.529,95
00041	SERV	000113 70	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 4 CV,	281,62	2.816,20



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

				220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.		
00042	SERV	000113 71	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 10 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO	357,15	5.357,25
00043	SERV	000113 72	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	249,62	2.496,20
00044	SERV	000113 73	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO	344,96	5.174,55
00045	SERV	000113 74	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	283,71	2.837,20
00046	SERV	000113 75	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 7,5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	300,69	3.006,90
00047	SERV	000113 98	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2,4 OU 6 PÓLOS, 25 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO	497,83	7.467,45
00048	SERV	000113 99	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO,4 PÓLOS, 1,5 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	401,21	4.012,20
00049	SERV	000114 00	5	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA MONOFÁSICO,4 PÓLOS, 1800 RPM, 0,75 CV, 127V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	293,71	1.468,60
00050	SERV	000114 01	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 12,5 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	402,29	4.022,90
00051	SERV	000114 02	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 0,5 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	314,95	3.149,50
00052	SERV	000114 03	5	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 1,4 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	308,71	1.543,60
00053	SERV	000114 04	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 15 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	377,58	5.663,70
00054	SERV	000114 05	15	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 30 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	499,09	7.486,35



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

00055	SERV	000114 06	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 3 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	313,70	3.137,00
00056	SERV	000114 07	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 2 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	313,71	3.137,20
00057	SERV	000113 68	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 4 POLOS, 1800 RPM, 2CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	313,71	3.137,20
00058	SERV	000114 08	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 POLOS, 3600 RPM, 50 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	547,47	5.474,70
00059	SERV	000114 09	10	SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 POLOS, 3600 RPM, 20 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	502,46	5.024,70

2- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O SAAE tem uma gama de motores, bombas e conjunto motobombas diversos, instalados nas elevatórias e sistemas de recalque de água tratada, necessitando eventualmente efetuar manutenções sejam corretivas ou preventivamente diversas nestes equipamentos.

3- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A especificação detalhada do item está definida na tabela do item 1 deste Termo de Referência.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 4.1.1. Fornecimento de mão de obra especializada;
- 4.1.2. Fornecimento de serviços sob demanda;
- 4.1.3. Fornecimento de material sob demanda.

4.2. A Contratada se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu serviço ao meio ambiente.

4.3. Não será permitida a subcontratação do objeto deste TR.

5- MODELO DA EXECUÇÃO DO OBJETO (LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES)

5.1. Os serviços serão executados nas dependências da empresa CONTRATADA.

5.2. A empresa contratada deverá iniciar os trabalhos de manutenção no máximo em até 01 hora após a solicitação por parte do SAAE. A solicitação para manutenção será feita através de e-mail, telefone ou qualquer outro tipo de contato que a empresa vencedora disponibilizará no ato do processo licitatório.

5.3. A Seção de Compras do Saae de Manhuaçu/MG solicitará o fornecimento do objeto, por meio de AF – Autorização de Fornecimento, que será enviada após a assinatura da mesma.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

5.4. A prestação dos serviços será solicitada conforme a necessidade do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manhuaçu.

5.5. Considerando que a prestação de serviços de manutenção é uma atividade especializada, com utilização de ferramentas diversas, a Proponente vencedora deve dispor de uma estrutura mínima em sua oficina, localizada no Município de Manhuaçu/MG, composta de:

5.5.1. Recursos essenciais para que os serviços prestados tenham a técnica /qualidade /presteza;

5.5.2. Pessoal treinado para executar os serviços;

5.5.3. Ferramentas adequadas para a realização dos reparos nos motores elétricos com segurança e precisão;

5.5.4. Instalações físicas adequadas;

5.5.5. A Contratada deverá realizar os serviços de manutenção de motores elétricos em oficina própria e adequada para este fim com plena garantia de segurança para os motores do SAAE.

6- GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período.

6.3. A Gestão do Contrato ficará a cargo da Servidora Monick Horsts Souza Dutra (titular) e Ivane Carmem Bitencourt.

6.4. A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor Gabriel Augusto Miranda de Freitas, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

6.4.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

7- CRITERIOS DEMEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. O objeto será recebido da seguinte forma:

a) Provisoriamente, para efeito de verificação de integridade do objeto e quantitativos conforme Nota de empenho.

b) Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e da proposta e sua consequente aceitação mediante recebimento e conferência de nota fiscal e liquidação da nota de empenho, firmado pelo gestor/fiscal do contrato, que se dará em até 05 (cinco) dias do recebimento provisório.

7.2. Na hipótese de a verificação a que se refere anteriormente não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

7.3. O objeto contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações contidas nesse termo de referência.

7.4. Ao assinar a Proposta de Preços, o proponente estará assumindo automaticamente o cumprimento de todas as condições estabelecidas na mesma

7.5. O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após conferência e aceite pela Seção Responsável, mediante apresentação da Nota Fiscal demonstrando a quantidade total do objeto com os respectivos preços unitários.

7.6. Os pagamentos referentes ao objeto licitado serão feitos através de depósito bancário. **OS DADOS BANCÁRIOS (banco, agência e conta) DEVERÃO SER INFORMADOS NA NOTA FISCAL.**

7.7. Sendo constatada qualquer falha na Nota Fiscal Eletrônica, o prazo para o respectivo pagamento correrá da data em que for substituída pela correta.

7.8. O contratante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

7.9. O valor correspondente a Nota Fiscal vencida e não paga pelo SAAE, na forma prevista, sofrerá a incidência de multa de mora na base de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) ao dia sobre a parcela em atraso, limitando a sua aplicação ao valor total desta, exceto se o atraso for causado por erro do fornecedor.

8-CRITERIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com adoção do critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, em modo de disputa aberto.

8.2. As exigências de habilitação serão as exigidas e especificadas no edital.

9-ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O Valor estimado da contratação é de R\$ 645.052,32 (seiscentos e quarenta e cinco mil, cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos)

10- DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

10.1. A despesa decorrente desta contratação ocorrerá por conta da dotação orçamentária:
✓ 17.512.6002.6018 - Manutenção Departamento de Operações - Elemento de Despesa: 33.90.39- Outros Serviços de Terceiros - Pessoa jurídica.

11- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

- VI** - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII** - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do Processo de Contratação sem motivo justificado;
- VIII** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Processo de Contratação Direta ou a execução do contrato;
- IX** - Fraudar o Processo de Contratação Direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do Processo de Contratação;
- XII** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I- Advertência;

II- Multa

✓ compensatória e

✓ de mora.

III- Impedimento de licitar e contratar e

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

11.5. Para efeito deste termo, equipara-se ao contrato qualquer outro acordo firmado entre a administração pública municipal e outra pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ainda que com outra denominação, inclusive nota de empenho ou instrumento equivalente, e que estabeleça obrigações de dar, fazer ou entregar, entre outras admitidas em direito, excetuadas as contratações temporárias.

11.6. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - descumprimento de pequena relevância;

II - inexecução parcial de obrigação contratual.

11.6.1. Para os fins deste contrato, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

11.7. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

II - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executado, em caso de inexecução parcial do contrato, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III - 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

11.7.1. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o subitem acima, para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação;

11.7.2. Considera-se inexecução total do contrato:

- I** - Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e
- II** - Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

11.7.2.1. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

- I** - será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;
- II** - a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeira, enquanto a justificativa apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão do ordenador de despesas;
- III** - rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e
- IV** - Preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III poderá ser concedido prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

11.7.3. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada, será cobrada das seguintes forma e ordem:

- I** - Retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;
- II** - Pago por meio de documento de arrecadação municipal; ou
- III** - judicialmente

11.8. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

- I** - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.
- II** - Dar causa à inexecução total do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.
- III** - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.
- IV** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado. Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

11.9. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.9.1. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no subitem 11.9, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.10. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedido de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

11.11. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

11.11.1. Não se aplica a regra prevista no subitem 11.11 se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

11.11.2. O disposto no subitem 11.11 não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.

11.12. Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II - As peculiaridades do caso concreto;

III - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - Os danos que dela provierem para a Administração, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;

V - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

11.12.1. São circunstâncias agravantes:

I - A prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;

II - O conluio entre fornecedores para a prática da infração;

III - A apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;

IV - A reincidência.

V - A prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto neste edital.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

11.12.1.1. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete qualquer nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

11.12.1.2. Para efeito de reincidência:

- I** - Considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;
- II** - Não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;
- III** - não se verifica se tiver ocorrido a reabilitação em relação à infração anterior.

11.12.2. São circunstâncias atenuantes:

- I** - A primariedade;
- II** - Procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
- III** - Reparar o dano antes do julgamento;
- IV** - Confessar a autoria da infração.

11.12.2.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

11.13. As penalidades mencionadas nos subitens acima serão aplicadas após regular procedimento administrativo, podendo ser cumuladas na forma da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à administração pública.

11.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.18. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

12- DAS PARTES INTEGRANTES

12.1. Este anexo é parte integrante do instrumento convocatório para todos os efeitos legais.

12.2. O termo é de responsabilidade do servidor Gabriel Augusto Miranda de Freitas, responsável pelo Setor de Operação e Expansão.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

(PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

ANEXO II - PROPOSTA COMERCIAL

DADOS DO PROPONENTE:

Razão Social:

CNPJ:

Endereço completo:

Telefones de contato:

Email:

Banco: _____ Agência nº: _____ conta nº: _____

Prezados Senhores,

Pela presente, formulamos Proposta Comercial para aquisição, em conformidade com as condições abaixo:

I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTITATIVAS DO OBJETO:

Item	Cód.	Quant	Unid.	Especificação	Valor Unit. R\$	Valor Total R\$
				VALOR TOTAL DO LOTE		

O prazo de validade da presente proposta é de _____ dias corridos, a contar da abertura da mesma.

Os preços ora propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, impostos, materiais, pessoal, mão de obra, frete, carga e descarga, embalagens, benefícios, tributos, contribuições, seguros e licenças de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento.

Declaramos haber recebido do SAAE o Edital e seus Anexos, estando ciente de todas as suas normas e exigências, as quais aceitamos da forma como propostas.

Atenciosamente,

Local /UF, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Representante Legal



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

ANEXO III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Serviços de rebobinamento, substituição de rolamento e selo mecânico em motores, bombas e conjunto motobombas, para manutenção dos mesmos instalados nas Elevatórias de água e nas estações de tratamento de água, em atendimento às necessidades do SAAE de Manhuaçu/MG.

2-JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1.O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Manhuaçu-MG em meio ao desenvolvimento e manutenção de suas atividades de fornecimento de água potável à população deste Município, deve planejar suas necessidades, sobretudo, considerando fatos imprevisíveis, que colocariam em risco a normalidade do sistema de abastecimento deste Município. Não obstante as atividades administrativas e operacionais, o Serviço Autônomo de Água e Esgoto tem o dever de garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos utilizados no referido fornecimento de água.

O rebobinamento, substituição de rolamento e selo mecânico são utilizados na manutenção corretiva dos motores, bombas e conjunto motobombas das Elevatórias de água e nas estações de tratamento de água, funcionando em ambientes extremamente agressivos, bem como estão sujeitos a entupimentos resultantes de causas físicas, biológicas e químicas. Assim, os desgastes eletromecânicos ocorrem de forma mais rápida, necessitando cada vez mais de manutenções corretivas para manter o pleno funcionamento dos conjuntos moto bombas. Diante disso, torna-se necessário a contratação de serviços de rebobinamento, substituição de rolamento e selo mecânico afim de recuperar os motores, bombas e conjuntos motobombas que possam ser danificados durante sua utilização pelos motivos explicitados.

3- DEMOSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) 2024.

4-REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

- 4.1.1. Fornecimento de mão de obra especializada;
- 4.1.2. Fornecimento de serviços sob demanda;
- 4.1.3. Fornecimento de material sob demanda.

4.2. Não será permitida a subcontratação deste objeto.

5 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

As quantidades aduzidas neste ETP são uma estimativa com base no histórico das manutenções realizadas em todos os equipamentos, e, portanto, caso não haja necessidade, as quantidades, obviamente não serão utilizadas.

OBJETO	QUANT.
LOTE 01- SERVIÇO DE REBOBINAMENTO DE MOTOR	
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 5 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	20
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	10



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 10CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	10
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 12,5 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	15
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 15 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	15
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 20 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	10
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 30 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	10
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 3 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	10
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 50 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	10
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 60 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	10
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 7,5 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	15
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 25 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	10
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 4 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	10
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 4 PÓLOS, 3600 RPM, 1,5 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	7
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 2 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	5
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 75 CV, 220V.INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	9
LOTE 02- SERVIÇO DE TROCA DE ROLAMENTO	
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 2 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	10
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 30 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	10
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 4 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	10
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR MONOFÁSICO, 4 PÓLOS, 1800 RPM, 0,75 CV, 127V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	10
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 60CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENT	20
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1,4 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	10
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 20 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	15
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	15
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 0,5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	5
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 0,75 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	5
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	5
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1,5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	10
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 10 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	15
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 12,5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	15
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 15 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	15
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 7,5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	15



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 3 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	10
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2,4 OU 6 PÓLOS, 3600 RPM, 25 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	10
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 4 PÓLOS, 1800 RPM, 1CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO	5
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 4 PÓLOS, 1800 RPM, 2 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO	5
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 4 PÓLOS, 1800 RPM, 75 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	15
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 50 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO	15
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM BOMBA , 4 PÓLOS, 1800 RPM, 75 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DE GAXETA.	10
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM BOMBA , 4 PÓLOS, 1800 RPM, 60 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DE GAXETA.	15
LOTE 03- SERVIÇO DE TROCA DE SELO MECÂNICO	
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 4 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	10
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 10 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO	15
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	10
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 5 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO	15
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	10
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 7,5 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	10
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2,4 OU 6 PÓLOS, 25 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO	15
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 4 PÓLOS, 1,5 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	10
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA MONOFÁSICO, 4 PÓLOS, 1800 RPM, 0,75 CV, 127V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	5
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 12,5 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	10
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 0,5 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	10
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 1,4 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	5
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 15 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	15
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 30 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	15
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 3 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	10
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA,	10



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 2 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 4 POLOS, 1800 RPM, 2CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	10
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 POLOS, 3600 RPM, 50 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	10
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 POLOS, 3600 RPM, 20 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	10

6 -LEVANTAMENTO DEMERCADO

SOLUÇÃO 01: Contratação de mão de obra especializada para realização de manutenção em bombas e motores do SAAE, incluindo toda a estrutura necessária, como rolamentos, selos mecânicos, equipe especializada, ferramentas específicas (como estufas câmara de pintura e jateamento, prensas hidráulicas entre outras)

SOLUÇÃO 02: Realização deste próprio serviço pela Autarquia.

SOLUÇÃO 03: Substituição dos equipamentos com defeitos por equipamentos novos.

Dentre as soluções apresentadas, aquele que apresenta o melhor custo benefício para a autarquia é sem dúvida a solução número 01. A solução número 02 cria a necessidade de contratação de mão de obra especializada para execução desse serviço, uma vez que o SAAE não possui atualmente em seu quadro de funcionários técnicos capazes de executar tais serviços de manutenção, além disso, também seria necessário um alto investimento inicial para aquisição de todas as ferramentas necessárias (conforme mencionado anteriormente). Já a solução de número 03 é a pior de todas, considerando tanto aspectos econômicos, quanto aspectos ambientais, uma vez que geraria um acúmulo cada vez maior dos equipamentos sucateados.

7- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O Valor estimado da contratação é de **R\$645.052,32** (seiscentos e quarenta e cinco mil e cinquenta e dois reais e trinta e dois centavos)

O orçamento detalhado foi elaborado, conforme pesquisa de preços públicos, e estarão anexados no processo no momento que atingir a fase da montagem do mesmo na Seção de compras. O preço estimado foi elaborado por meio da média simples.

8 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

As especificações dos itens, objeto deste Estudo Técnico Preliminar, encontram-se especificada na tabela abaixo, junto da unidade de contratação:

OBJETO	UNID
LOTE 01- SERVIÇO DE REBOBINAMENTO DE MOTOR	
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 5 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	SERV
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	SERV
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 10CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	SERV
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 12,5 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	SERV
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 15 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	SERV



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 20 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	SERV
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 30 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	SERV
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 3 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	SERV
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 50 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	SERV
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 60 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	SERV
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 7,5 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	SERV
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 25 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	SERV
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 4 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	SERV
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 4 PÓLOS, 3600 RPM, 1,5 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	SERV
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 2 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	SERV
SERVIÇO DE REBOBINAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 75 CV, 220V. INCLUSO MATERIAL A SER UTILIZADO(FIO DE COBRE)	SERV
LOTE 02- SERVIÇO DE TROCA DE ROLAMENTO	
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 2 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 30 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 4 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR MONOFÁSICO, 4 PÓLOS, 1800 RPM, 0,75 CV, 127V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 60CV, 220V, INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENT	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1,4 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 20 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 5 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 0,5 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 0,75 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1,5 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 10 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 12,5 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 15 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 7,5 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 3 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2,4 OU 6 PÓLOS, 3600 RPM, 25 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 4 PÓLOS, 1800 RPM, 1CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO	SERV



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 4 PÓLOS, 1800 RPM, 2 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 4 PÓLOS, 1800 RPM, 75 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM MOTOR TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 50 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO ROLAMENTO	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM BOMBA , 4 PÓLOS, 1800 RPM, 75 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DE GAXETA.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE ROLAMENTO EM BOMBA , 4 PÓLOS, 1800 RPM, 60 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DE GAXETA.	SERV
LOTE 03- SERVIÇO DE TROCA DE SELO MECÂNICO	
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 4 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 10 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 7,5 CV, 220V.INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2,4 OU 6 PÓLOS, 25 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO,4 PÓLOS, 1,5 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA MONOFÁSICO,4 PÓLOS, 1800 RPM, 0,75 CV, 127V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 12,5 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 0,5 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 1,4 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 15 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 30 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 3 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3.600 RPM, 2 CV, 220V. INCLUSO O FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 4 POLOS, 1800 RPM, 2CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA,	SERV



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

TRIFÁSICO, 2 POLOS, 3600 RPM, 50 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA, TRIFÁSICO, 2 POLOS, 3600 RPM, 20 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 4 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO NO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 10 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO	SERV
SERVIÇO DE SUBSTITUIÇÃO DE SELO MECÂNICO DO CONJUNTO MOTOBOMBA TRIFÁSICO, 2 PÓLOS, 3600 RPM, 1 CV, 220V. INCLUSO FORNECIMENTO DO SELO MECÂNICO.	SERV

9 - JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Considerando que são serviços prestados para um único complexo, se verifica que é naturalmente vantajoso para a administração, com provável redução do risco de prejuízo e provável ganho de economia de escala, além da possibilidade de uma fiscalização mais eficiente, a contratação por Lote do Objeto.

10- RESULTADOS PRETENDIDOS

Realização de manutenção em motores em bombas no menor tempo possível por parte da empresa terceirizada, garantindo assim maior eficiência operacional nos serviços prestados pelo SAAE à comunidade, evitando problemas como desabastecimento de água tratada e garantindo a coleta e tratamento dos sistemas de esgotamento sanitários.

11 - PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

Não será necessária a adoção de providências prévias, tendo em vista que os serviços serão realizados na sede da contratada, não necessitando de espaço físico e maquinários por parte do SAAE, no que se refere à fiscalização de contratos, os servidores do SAAE já possuem qualificação para recebimento e conferência, não sendo o objeto atual específico a ponto de exigir capacitação diferenciada.

12-CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

O Portal de Compras Governamentais define contratações correlatas como aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa aquisição, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas associadas ao objeto principal. Desta forma, não foi identificado contratações correlatas ou interdependentes ao objeto da contratação em tela.

13 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se aplica

14- DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Declaro a contratação é viável.

15- JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

A contratação visa manutenção adequada da infraestrutura de abastecimento de água, conforme a necessidade do município de Manhuaçu/MG.

16- DAS PARTES INTEGRANTES

16.1. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é de responsabilidade do servidor Gabriel Augusto Miranda de Freitas, responsável pelo Setor de Operação e Expansão.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

ANEXO IV- CONTRATO

CONTRATO Nº: -----
CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE
CONTRATADO: -----
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA -----
PREÇO: R\$ ----- ()
VIGÊNCIA: ----- - ENCERRANDO-SE EM-----
LICITAÇÃO: TIPO MENOR PREÇO-----
DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL: -----

Entre o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO** do Município de Manhuaçu-MG, autarquia municipal criada pela Lei nº 1.517 de 28 de janeiro de 1987 com sede à Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro bom Jardim, inscrito no CNPJ nº 22.050.561/0001-38, adiante designada **CONTRATANTE**, representada neste ato por seu Diretor em exercício, Márcio José Bahia, no uso de sua atribuição legal, e a empresa-----, sob o CNPJ nº -----, com sede na----- bairro:---- CEP:--- -, neste ato representada pela -----, CPF: -----, tendo em vista o Processo nº-----, Dispensável nº -----, homologado em -----, fica justo e contratado sob o regime da Lei Federal nº Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, conforme as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa para prestação de serviços -----, conforme especificações técnicas descritas no TR e constante na proposta comercial.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.2.1. O Edital da Licitação e seus anexos;
 - 1.2.2. A Proposta da contratada;
 - 1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

ITEM	QUANT	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
				VALOR TOTAL DO LOTE R\$	

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contado da sua assinatura, na forma da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.1.1. A prorrogação de que tratam estes itens(lotes) estão condicionadas ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitidos a negociação com o contratado.
- 2.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições, constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. Fica designado como fiscal e gestor desta contratação os servidores abaixo relacionados:

3.2.1. GESTOR DE CONTRATO:----- . E-mail de contato: ----- . Telefone de contato: () -----

3.2.2. FISCAL DE CONTRATO: ----- . E-mail de contato: ----- . Telefone de contato: () -----

3.3. Compete ao gestor do contrato acima identificado o exercício de atividades gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas a gestão dos contratos, conforme decreto nº 34 de 27 de março de 2023 e Portaria nº 34 de 18 de dezembro de 2023.

3.4. Compete ao fiscal do contrato acima identificado exercer a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratual, conforme decreto nº 34 de 27 de março de 2023 e Portaria nº 34 de 18 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto/serviço, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até 05 (cinco) dias após conferência e aceite pela Seção Responsável, mediante apresentação da Nota Fiscal demonstrando a quantidade total do serviço com os respectivos preços unitários.

6.2. O pagamento referente a prestação de serviço licitado será feito através de depósito bancário.

6.3. Sendo constatada qualquer falha na Nota Fiscal Eletrônica, o prazo para o respectivo pagamento correrá da data em que for substituída pela correta.

6.4. O contratante poderá deduzir dos pagamentos importâncias que a qualquer título lhe forem devidas pela contratada, em decorrência de inadimplemento contratual.

6.5. O valor correspondente a Nota Fiscal vencida e não paga pelo SAAE, na forma prevista, sofrerá a incidência de multa de mora na base de 0,01% (zero vírgula zero um por cento) ao dia sobre a parcela em atraso, limitando a sua aplicação ao valor total desta, exceto se o atraso for causado por erro do fornecedor.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

CLÁUSULA SÉTIMA- DA RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE

7.1. Os órgãos da administração direta e indireta do Município, bem como suas autarquias e fundações, ao efetuarem pagamento a pessoa física ou jurídica pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de engenharia, ficam obrigados a proceder à retenção do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR, com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e alterações.

7.2. A obrigação de retenção do IR alcançará os contratos vigentes e as relações de compras e pagamentos efetuados pelos órgãos e pelas entidades, ressalvadas as exceções previstas na legislação.

7.3. Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir notas fiscais, faturas ou recibos em consonância às disposições contidas na IN RFB n. 1.234/2012.

CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data da apresentação da **proposta**.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, INPC OU IGP, o que for mais vantajoso para o SAAE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por ADITAMENTO.

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. As obrigações da CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1. As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo a este contrato.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do Processo de Contratação sem motivo justificado;

VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o Processo de Contratação Direta ou a execução do contrato;

IX - Fraudar o Processo de Contratação Direta ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do Processo de Contratação;

XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I- Advertência;

II- Multa

✓ compensatória e

✓ de mora.

III- Impedimento de licitar e contratar e

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. As peculiaridades do caso concreto

11.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

11.5. Para efeito deste termo, equipara-se ao contrato qualquer outro acordo firmado entre a administração pública municipal e outra pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, ainda que com outra denominação, inclusive nota de empenho ou instrumento equivalente, e que estabeleça obrigações de dar, fazer ou entregar, entre outras admitidas em direito, excetuadas as contratações temporárias.

11.6. A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I – Descumprimento de pequena relevância;

II –Inexecução parcial de obrigação contratual.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

11.6.1. Para os fins deste contrato, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

11.7. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executado, em caso de inexecução parcial do contrato, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

III - 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- f) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

11.7.1. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o subitem acima, para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação;

11.7.2. Considera-se inexecução total do contrato:

- I - Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e
- II - Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

11.7.2.1. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

I - Será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

II - A justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeira, enquanto a justificativa apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão do ordenador de despesas;

III - Rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

IV - Preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III poderá ser concedido prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

11.7.3. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada, será cobrada das seguintes forma e ordem:

- I - Retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

- II - Pago por meio de documento de arrecadação municipal; ou
- III - judicialmente

11.8. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de três anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo: Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

II - Dar causa à inexecução total do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento pelo período mínimo de 06 (seis) meses e máximo de 02 (dois) anos.

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado. Pena - impedimento pelo período mínimo de 02 (dois) anos e máximo de 03 (três) anos.

11.9. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Pena - impedimento pelo período mínimo de 05 (cinco) anos e máximo de 06 (seis) anos.

11.9.1. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, no caso das infrações previstas no subitem 11.9, pelo prazo máximo de seis anos, quando se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.10. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão ou entidade.

11.11. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

11.11.1. Não se aplica a regra prevista no subitem 11.11 se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

11.11.2. O disposto no subitem 11.11 não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa compensatória cumulativamente à sanção mais grave.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

11.12. Na aplicação das sanções, a Administração Pública deve observar:

- I** – A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II** - As peculiaridades do caso concreto;
- III** - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV** - Os danos que dela provierem para a Administração, para o funcionamento dos serviços públicos ou para o interesse coletivo;
- V** - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável pela infração, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

11.12.1. São circunstâncias agravantes:

- I** - A prática da infração com violação de dever inerente a cargo, ofício ou profissão;
- II** - O conluio entre fornecedores para a prática da infração;
- III** - A apresentação de documento falso no curso do processo administrativo de apuração de responsabilidade;
- IV** - A reincidência.
- V** - A prática de qualquer de infrações absorvidas, na forma do disposto neste edital.

11.12.1.1. Verifica-se a reincidência quando o acusado comete qualquer nova infração, depois de condenado definitivamente por infração anterior.

11.12.1.2. Para efeito de reincidência:

- I** - Considera-se a decisão proferida no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, se imposta a pena de declaração de inidoneidade de licitar e contratar;
- II** - Não prevalece a condenação anterior, se entre a data da publicação da decisão definitiva dessa e a do cometimento da nova infração tiver decorrido período de tempo superior a cinco anos;
- III** - não se verifica, se tiver ocorrido a reabilitação em relação a infração anterior.

11.12.2. São circunstâncias atenuantes:

- I** - A primariedade;
- II** - Procurar evitar ou minorar as consequências da infração antes do julgamento;
- III** - Reparar o dano antes do julgamento;
- IV** - Confessar a autoria da infração.

11.12.2.1. Considera-se primário aquele que não tenha sido condenado definitivamente por infração administrativa prevista em lei ou já tenha sido reabilitado.

11.13. As penalidades mencionadas nos subitens acima serão aplicadas após regular procedimento administrativo, podendo ser cumuladas na forma da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à administração pública.

11.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.16. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autorquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

11.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.18. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam -se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da dotação orçamentária: -----
----- – Elemento de Despesa: -----

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990- Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger -se -ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Autarquia Municipal criada pela Lei 1.517/87
Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim
Tel: 33- 3339-3650
36906-360 – Manhuaçu - MG

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Manhuaçu/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21, renunciando a qualquer outro.

Manhuaçu/MG, -----2024

Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Márcio José Bahia
Diretor do SAAE
Contratante

Contratada

Testemunha da Contratante

Ass: _____

Nome: _____

CPF: _____

Testemunha da Contratada

Ass: _____

Nome: _____

CPF: _____